COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.342, DE 2004

“Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para determinar o exame de habilitação para o exercício da Medicina”.

Autor: Deputado ALBERTO FRAGA

Relator: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN

I - RELATÓRIO

Com o presente projeto, o nobre Deputado ALBERTO FRAGA pretende condicionar o exercício da profissão de Médico a prévia aprovação em exame a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina.

A proposição encontra-se justificada a partir da constatação do aumento do número de faculdades de medicina e de deficiências na formação dos médicos entre outras razões.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos últimos anos, tem sido recorrente, nesta Casa, a apresentação de projetos de lei sugerindo a adoção da obrigatoriedade do exame prévio de qualificação profissional, à semelhança do exigido aos Advogados, para o exercício das mais diversas profissões de nível superior.

O presente projeto segue a mesma linha de raciocínio. Propõe a adoção de exame semelhante para o exercício da medicina que inquestionavelmente é uma atividade de grande relevância social e humana, na medida em que trata diretamente de vidas humanas, como muito corretamente observa o autor da proposta.

No entanto, embora, à primeira vista, uma analogia entre o credenciamento de advogados e de médicos possa parecer pertinente, a análise dos pressupostos presentes na formação desses profissionais deixa claras diferenças que precisam ser consideradas.

Como se sabe, as escolas de direito não formam advogados, mas bacharéis em direito. O egresso de um curso de direito, em princípio, não se encontra habilitado para o exercício de nenhuma profissão específica. O bacharel adquire uma visão ampla e genérica sobre o Direito e as instituições jurídicas, nada mais. O exercício das chamadas profissões jurídicas, Advogado, Juiz de Direito, Procurador de Justiça, Delegado de Polícia etc., exige aptidões que não são adquiridas nas escolas. Daí a necessidade das escolas de magistratura, de formação de Promotores de Justiça, Academias de Polícia, entre outras.

O mesmo não se dá com as escolas de Medicina. Destinadas precipuamente ao ensino profissional, tais escolas conferem o título de Médico aos seus formandos. Certificam, portanto, a aptidão técnico-científica e a competência profissional daqueles que concluem sua formação respeitada a grade curricular exigida.

O Médico, após a conclusão de seu curso, encontra-se plenamente habilitado ao exercício de sua profissão. Aprimorar-se-á com o tempo. Poderá, e é aconselhável que o faça, freqüentar cursos de especialização, mestrados e doutorados etc. Mais que isso, devemos estimular cada vez mais a prática da residência médica, como complemento importante para a formação destes profissionais. De outra parte, da mesma forma como todos os que se dedicam a uma profissão técnico-científica, têm o dever de se manterem atualizados com os progressos de sua área de atuação profissional. Mas, ao contrário dos bacharéis em direito, quem se forma em Medicina recebe um certificado de capacitação profissional – o diploma de Médico – conferido por uma instituição fiscalizada pelo Ministério da Educação.

O exame proposto pelo projeto, a nosso ver, além de não contribuir para a melhoria da formação profissional do Médico, poderá representar não uma defesa da sociedade mas um possível instrumento de defesa de interesses meramente corporativos por parte de minorias que eventualmente venham a dominar os conselhos de medicina.

De outra parte, é verdade que o ensino no país, do nível básico ao superior, necessita de urgentes esforços para atingir níveis de qualidade compatíveis com as expectativas da sociedade. Mas isto não se alcançará pela imposição de sucessivos níveis complementares obrigatórios ou pela generalização da prática dos exames prévios de qualificação profissional. Para tal necessitamos de um conjunto de providências e também da construção de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação da qualidade do ensino, área em que importantes esforços e avanços tem sido construídos nos últimos anos no país.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.342, de 2004.

Sala da Comissão, em de novembro de 2005.

Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN
Relator